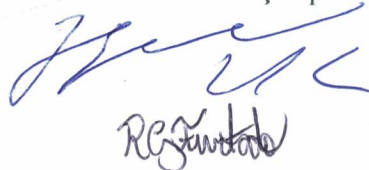


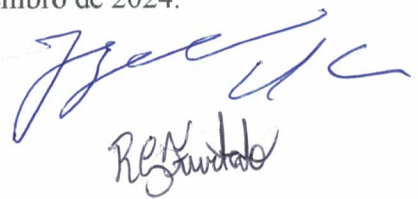
ATA DA 28ª (VIGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Aos 10 (dez) dias do mês de dezembro de 2024, sob a presidência do Sr. Vereador André Luiz Costa Brolhiato, com a presença de seis Senhores Vereadores: Arnóbio Joaquim de Souza, Joaquim José de Souza, Lincoln Rodrigues dos Santos, Rafael Garcia Furtado, Sebastião Silva Carvalho e Thiago Gribel do Valle. Os Vereadores Adriana Aparecida Halfeld Guerra, Alair de Rezende e Thiago Gribel do Valle justificaram suas ausências. Verificado o quórum regimental, o Presidente deu início à reunião. O Presidente colocou a ata da 27ª reunião em discussão. Alguns vereadores sugeriram correções, que foram realizadas a contento. A ata foi, então, colocada em votação e aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou à leitura do expediente, que incluiu o convite para a formatura dos alunos do nono ano da Escola Municipal Elvira Magdalena Mannarino. O Presidente concedeu a palavra ao agente comunitário de saúde, Fernando Ribeiro, que informou que os agentes comunitários de saúde receberam valores abaixo do estipulado pela Emenda Constitucional 120, a qual determina que esses profissionais não podem receber menos de dois salários mínimos. Em janeiro e fevereiro de 2023, os agentes receberam R\$ 2.424, enquanto o repasse da União foi de R\$ 2.604. O agente relatou que desde o ano passado vem solicitando informações sobre o repasse do IFA, mas não obteve resposta. Alegou que a verba foi recebida pelo município, mas não repassada aos agentes de saúde. Citou como exemplo o município vizinho de Juiz de Fora, onde os agentes recebem o IFA após a Câmara aprovar a lei municipal necessária e derrubar o veto da prefeita local. O agente enfatizou que o repasse do IFA depende da aprovação de uma lei municipal e pediu o apoio dos vereadores para viabilizar essa medida em Mar de Espanha. O vereador Sebastião expressou preocupação sobre a possibilidade de apropriação indébita envolvendo recursos destinados ao pagamento de funcionários municipais. O vereador solicitou que fosse elaborado um ofício direcionado ao prefeito municipal, requerendo esclarecimentos sobre o fato, ressaltando que, se os recursos não forem devidamente repassados, configura-se apropriação indébita. O Presidente lembrou que, no ano anterior, um ofício foi elaborado a pedido do servidor para obter informações sobre a mesma questão. Porém, segundo ele, não houve resposta por parte do prefeito. O vereador Sebastião reforçou a necessidade de redigir novamente um ofício com o mesmo teor, destacando a importância de garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas da categoria. O servidor Fernando Ribeiro destacou que apresentou uma reclamação à ouvidoria sobre a ausência de pagamento retroativo de janeiro e fevereiro de 2023, mas a reclamação foi arquivada sem resolução. O Presidente solicitou que a Secretaria da Câmara providencie a elaboração de um novo ofício para encaminhamento ao prefeito, reiterando o pedido de esclarecimento sobre a situação. Passando para a Ordem do Dia, o Presidente informou que o Projeto de Lei do Legislativo nº 01/2024, 02/2024 e 03/2024 ainda se encontram no prazo para apreciação pelas comissões, com prazo de 20 dias, que se encerra em 24 de dezembro de 2024. Caso haja trabalhos legislativos em andamento até esta data, os projetos entrarão na pauta para segunda discussão e segunda votação. O Presidente colocou em pauta para segunda discussão e segunda votação o Projeto de Lei do Legislativo nº 15/2024, que autoriza a aquisição, construção e reforma de imóvel para abrigar a nova sede do Poder Legislativo e dá outras providências. O Presidente lembrou que o projeto já havia sido discutido e aprovado em primeira votação na reunião anterior. Sem novas discussões, foi realizada a segunda e terceira votação, sendo o projeto aprovado por cinco votos favoráveis, com o vereador Arnóbio abstendo-se. O Presidente passou para o Projeto de Lei nº 30/2024, referente à Lei Orçamentária Anual (LOA), e informou que o projeto havia sido encaminhado à Comissão de Finanças para



RC Furtado

emissão de parecer, responsabilidade do vereador Alair. No entanto, o vereador não esteve presente na reunião anterior devido a viagem, o que pode ter causado atraso na emissão do parecer. O Presidente ressaltou que o prazo de entrega do parecer já havia vencido e determinou que a Secretaria da Câmara entre em contato com o vereador Alair para garantir que o parecer seja entregue, permitindo a continuidade da tramitação do projeto. Os vereadores Rafael e Sebastião expressaram preocupação com a necessidade de evitar a votação em regime de urgência ou correria, como ocorreu no ano anterior, quando houve problemas com a aprovação orçamentária. O Presidente garantiu que, caso o parecer seja emitido dentro do prazo, o projeto será discutido e votado na próxima reunião, respeitando o tempo necessário para análise dos vereadores e eventuais recursos. Passando para as indicações e moções, o vereador Lincoln agradeceu pelas melhorias executadas no trecho da balança até o Bar Elite e reiterou a necessidade de reparos nas cabeceiras das pontes da Minerva (Venda do Totonho) e da Divisa, alertando para os riscos de acidentes. Solicitou também manutenção adequada na estrada do Minerva. O vereador Rafael questionou o andamento do projeto de microchipagem de animais de rua, que foi anunciado no início do ano, e solicitou informações ao Executivo sobre o andamento e previsão de início. O vereador Sebastião complementou a discussão sobre animais soltos, sugerindo o envio de um ofício à Polícia Ambiental para providências na zona rural, mencionando os riscos de acidentes causados por animais nas estradas. O vereador Rafael solicitou uma moção de pesar pelo falecimento do Sr. José Maria Martins, pai de Dijan e Dina. O vereador Arnóbio solicitou uma moção de aplausos para a psicóloga Lilian Barciela de Oliveira Castro, por sua dedicação ao trabalho infantil na Igreja Assembleia de Deus. O Presidente anunciou a promulgação de dois Projetos de Lei de autoria do vereador Rafael Furtado, agora convertidos em leis: a Lei do Olho Vivo, que fortalece a segurança pública no município, e a Lei de Transparência das Licitações, visando maior fiscalização do Executivo. O Presidente destacou a importância dessas legislações para o município e parabenizou o autor pelas iniciativas. O vereador Rafael e o Presidente reforçaram o pedido de reparos na Rua José Osvaldo de Rezende, no bairro Floresta, devido à deterioração da via, que ocorreu após o serviço realizado anteriormente não contemplar a instalação de manilhas para captação de águas pluviais. Foi solicitado ao prefeito que priorize a execução de um serviço definitivo ainda neste ano. O Presidente colocou as indicações e moções em votação, que foram aprovadas por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Joaquim José de Souza, lavrei a presente ata. Sala de Sessões, 11 de dezembro de 2024.


Rafael Furtado